

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AGRICULTURA FAMILIAR
CAMPONESA E EDUCAÇÃO DO CAMPO.**

**OS DESAFIOS DA INSERÇÃO PRODUTIVA DAS
MULHERES NOS ASSENTAMENTOS – O CASO DO
COLETIVO MÃE TERRA EM JÓIA**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Inês Soares Rodrigues

Santa Maria, RS, Brasil.

2011

**OS DESAFIOS DA INSERÇÃO PRODUTIVA DAS MULHERES
NOS ASSENTAMENTOS – O CASO DO COLETIVO MÃE
TERRA EM JÓIA**

Inês Soares Rodrigues

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como
requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista

Orientador: Dr. Clayton Hillig

Santa Maria, RS, Brasil.

2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Curso de Especialização em Agricultura Familiar
Camponesa e Educação do Campo**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização**

**OS DESAFIOS DA INSERÇÃO PRODUTIVA DAS MULHERES NOS
ASSENTAMENTOS – O CASO DO COLETIVO MÃE TERRA EM JÓIA**

Elaborada por
Inês Soares Rodrigues

Como requisito parcial para obtenção do grau de
**Especialista em Agricultura Familiar
Camponesa e Educação do Campo**

COMISSÃO EXAMINADORA:

Clayton Hillig, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Marco Antônio Verardi Fialho, Dr. (UFSM)

Carmen Rejane Wisniewzky, Dr^a. (UFSM)

Santa Maria, Agosto de 2011.

AGRADECIMENTOS

Ao final deste trabalho são vários os agradecimentos que preciso fazer e os faço com muito carinho, pois só com o apoio de vocês é que consegui chegar até aqui. Primeiramente agradeço ao Coletivo Mãe Terra que abriu humildemente as portas para que eu pudesse realizar a pesquisa empírica, dividindo sua história e as ansiedades que cercavam tanto a mim como a elas. Agradeço também à minha família que sempre esteve dando força nos momentos pessoais difíceis pelos quais passei durante a elaboração deste trabalho e, por vezes, chamando atenção sobre a importância do estudo e de concluir este curso.

Meu agradecimento à todos os colegas e as colegas do curso pelas experiências e troca de conhecimentos, bem como ao professores pela disponibilidade, conteúdo e companheirismo. Agradeço com muito carinho aos colegas de trabalho pela compreensão, em especial ao Cláudio, colega de curso também pelo apoio incondicional e ajuda para a realização do trabalho, assim como à Márcia Cristina, que nem conheço ainda, pelo apoio em organizar o trabalho.

Meus sinceros agradecimentos às pessoas da secretaria do curso pela paciência, apoio e amizade. Também ao meu orientador Clayton, também pela paciência, ajuda e principalmente por estar sempre à disposição, confiando que era possível eu conseguir. E, por fim agradeço de forma muito especial, às pessoas com quem dividi parte das angústias e não me deixaram desistir do curso sem tentar mais uma vez, então os responsáveis indiretos pela conclusão deste trabalho: novamente o Cláudio, o orientador Clayton, a Iza, a Fernanda, a Isabel, o Cossetin, a Juliana e o professor Pedro (coordenador do curso). Á vocês meu carinho especial e agradeço a insistência. Acredito que, por vezes, o incentivo é propor coisas e não só cobrar, é desafiar mais uma vez como foi feito comigo. Obrigada!

RESUMO

Monografia de Conclusão de Curso
Curso de Especialização em Agricultura Familiar
Camponesa e Educação do Campo
Projeto Residência Agrária
Convênio PRONERA/INCRA
Universidade Federal de Santa Maria

OS DESAFIOS DA INSERÇÃO PRODUTIVA DAS MULHERES NOS ASSENTAMENTOS – O CASO DO COLETIVO MÃE TERRA EM JÓIA

Autor: Inês Soares Rodrigues
Orientador: Dr. Clayton Hillig
Data e local de defesa: Santa Maria, Agosto de 2011.

O trabalho enfoca a inserção produtiva das mulheres assentadas, trazendo uma análise crítica das políticas de crédito destinadas a esta inserção, tendo como espaço de pesquisa empírica o grupo de mulheres denominado Coletivo Mãe Terra, localizado no Assentamento Rondinha, município de Jóia, RS. Há uma necessidade de inserir as mulheres na dinâmica de produção dos assentamentos, porém são necessários investimentos de forma coerentes com suas necessidades, e o pronaf mulher e o crédito apoio mulher são linhas de crédito específicas que têm esse objetivo, mas tem dificuldade pelos critérios estabelecidos. Para isso buscamos analisar qual a contribuição destas duas linhas de crédito para a inserção das mulheres do grupo pesquisado na produção. Procuramos analisar da ótica do público alvo destes programas buscando trazer elementos que contribuam para melhorar os mesmos. Para alcançar os resultados da pesquisa trabalhamos com a coleta de dados da pesquisa empírica através de observações, entrevistas semi-estruturadas e questionários fechados . Na revisão bibliográfica trabalhamos com alguns autores, como Lênin, Carmen Deere a Andréa Butto e realizamos buscas na internet em sites relacionados com o tema. A pesquisa revelou que há dificuldades das mulheres acessarem os créditos disponíveis pelo nível de endividamento das famílias. Além do valor máximo de crédito destinado a investimentos para estas, ser baixo demais para o que se propõe, revelando o caráter de classe do Estado quando comparado com o valor destinado à agricultura empresarial.

Palavras-chave: Mulheres. Crédito. Produção.

ABSTRACT

**Monografia de Conclusão de Curso
Curso de Especialização em Agricultura Familiar
Camponesa e Educação do Campo
Projeto Residência Agrária
Convênio PRONERA/INCRA
Universidade Federal de Santa Maria**

OS DESAFIOS DA INSERÇÃO PRODUTIVA DAS MULHERES NOS ASSENTAMENTOS – O CASO DO COLETIVO MÃE TERRA EM JÓIA

THE CHALLENGE OF PRODUCTIVE INSERTION OF THE WOMEN IN THE ASSENTAMENTOS – IN CASE OF COLETIVO MÃE TERRA IN JOIA

Author: Inês Soares Rodrigues

Guiding: Clayton Hillig

Date and place of defense: Santa Maria, August, 2011.

The work focalize the productive insertion with the seated women, to bring a critical analyses of the political credits destined to this insertion, have like empirics space research the Women Group named Coletivo Mãe Terra, localized in the Assentamento Rondinha, in the municipal district of Jóia , RS. There are the necessity of to insert the women in the dynamical of the assentamentos production, wherever has the necessity of investments with the coherence of hers necessity, and the pronaf Woman and the woman support credit are specifies credits lines what have this objective, but have difficulty for the criterions fixed. For there, to seek to analyze the what the contribution for this two lines of credits for the insertion with this women group in the production. To search analyze of public aim optically with this program's bring back elements giving better him. For to catch up of the research working with the dads collect with the empiric research through the observation, semi-structured interviews and closed questionnaires. In the bibliographical revision working a few authors, like Lenin, Carmen Deere and Andrea Butto, over there researches in the World Wide Web in relation of the theme. The research revels what have difficulties with the women to access the available credits for the level of indebts with the families. There of the maxims value of the credit to destine of investments for her, be to much low for to propose, reveling of the character of the State Class when to comparing with the destined value for the Agribusiness.

Key-words: Women. Credit. Production.

LISTA DE ABREVIATURAS

ATES	– Assistência Técnica Social e Ambiental
EMATER	– Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
INCRA	– Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LUMIAR	– Programa de Assistência Técnica para a Reforma Agrária
MST	– Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PRA	– Plano de Recuperação do Assentamento
PROCERA	– Programa de Crédito para a Reforma Agrária
PRONAF	– Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SOF	– Sempreviva Organização Feminista

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Fotos do Coletivo Mãe Terra.....	41
ANEXO B – Questionário Aplicado	44
ANEXO C – Folder de divulgação do programa de crédito Apoio Mulher (2010)	45

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 DESENVOLVIMENTO.....	13
2.1 O estado burguês e a Reforma Agrária	14
2.2 A Reforma Agrária para as mulheres	16
2.3 As Políticas de Crédito para as mulheres dos assentamentos	18
2.4 A Presença da ATES no Trabalho com as Mulheres Assentadas	22
2.5 As mulheres no assentamento Rondinha.....	24
2.6 O coletivo “Mãe Terra”	25
2.7 As políticas de crédito e o coletivo “Mãe Terra”	28
3 POSSIBILIDADES E DESAFIOS DO GRUPO A PARTIR DAS MULHERES	31
3.1 A importância do incentivo.....	31
3.2 A importância da iniciativa e da autonomia	32
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	38
ANEXOS	40

1 INTRODUÇÃO

Buscamos olhar para as políticas de crédito específicas para mulheres da reforma agrária, como impulsionadoras deste processo de inclusão ou inserção produtiva das mulheres, com vista para a busca de sua autonomia, entendida como a liberdade de tomar decisões, ainda que no âmbito familiar, ou outros espaços.

A inserção produtiva das mulheres nos assentamentos, que sempre inicia com uma dinâmica nova de vida, não depende exclusivamente das políticas de crédito, pois há outros fatores que podem interferir, mas quando se trata de fazer investimentos para que esta inserção na dinâmica da produção aconteça, sim as políticas de crédito, seja ele financiado ou não, entram com importância fundamental porque as famílias geralmente tem pouco poder aquisitivo, o que dificulta fazer investimentos e sem estes fica difícil conseguir obter qualquer avanço, pois há que se levar em consideração que quem se submete á condições de vida tão difíceis como a dos acampamentos é por que é desprovido de quase tudo na vida material.

Nesse sentido nos colocamos na intenção de analisar qual a contribuição do Pronaf Mulher e do Crédito apoio Mulher na inserção das mulheres que fazem parte do Coletivo Mãe Terra, no município de Jóia, na produção?

Dentro deste contexto todo, nos colocamos a tarefa de analisar estas políticas por que entendemos que há uma necessidade de inserir as mulheres no processo produtivo nos assentamentos de modo que consigam fazer investimentos de formas mais coerentes com suas necessidades de conseguir renda a partir destes investimentos. O PRONAF mulher e o apoio mulher são duas modalidades de crédito que vêm com esse objetivo, no entanto com dificuldades de cumpri-lo pelos critérios estabelecidos para acessá-los e pelo valor máximo estabelecido, que por vezes não dá conta da necessidade do investimento, ficando quase como um “meio investimento” ou complemento de outro, o que pode ajudar no endividamento das mulheres.

Decidimos fazer este recorte para procurar entender como as políticas de crédito com linhas específicas para as mulheres, criadas nos últimos tempos trabalham com estas necessidades.

Procuramos então, observar como está a inserção das mulheres assentadas na produção, levando em consideração que no trabalho realizado com estas nos últimos anos com estas, a maior dificuldade das mulheres para participar das atividades específicas se

expressava na falta de dinheiro, mas como observação geral na maioria das vezes estavam inseridas e até envolvidas completamente na produção no lote.

Então resolvemos fazer o recorte e analisar os programas de crédito PRONAF mulher e apoio mulher da ótica do público alvo destes programas com vistas a trazer elementos que contribuam para melhorar os mesmos, para que estes possam atender as necessidades reais deste público. Já que estas políticas se colocam exatamente com o objetivo de ajudar superar as desigualdades de gênero e promover a inserção das mulheres na dinâmica produtiva e econômica no meio rural, segundo folder de propagando do crédito apoio mulher.

Foram utilizadas três categorias de análise: Incentivo, Iniciativa e Autonomia, sendo que Lênin, Kolontai, Deere, materiais do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e da SOF (Sempreviva Organização Feminista), além dos critérios das próprias linhas de crédito e relatórios das mesmas nos ajudaram na interpretação e reflexão.

Além das leituras, as reflexões foram enriquecidas, através da pesquisa de campo, com entrevistas com as mulheres que compoem o grupo de mulheres Coletivo Mãe Terra que apontaram suas percepções sobre as reflexões levantadas e sobre todo o processo de tentativa de estruturação do grupo que fazem parte e a relação das políticas de crédito e da Ates com esta caminhada delas.

Desde 2010 foram observados 4 encontros do Coletivo Mãe, aplicados 11 questionários e coletados 2 depoimentos com informantes do Coletivo Mãe Terra.

O trabalho está dividido em três itens gerais, mas. No primeiro, refletimos sobre o papel do Estado com relação às políticas públicas e a reforma agrária como uma destas políticas, sendo que enfocamos neste mesmo capítulo a reforma agrária para as mulheres, dando destaque central para as políticas de crédito específicas para este público. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica de autores que tratam sobre os temas do papel do Estado, das mulheres na reforma agrária e materiais do MST que tratam do tema da Reforma Agrária, bem como sites como o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e do Ministério da Fazenda, buscando informações sobre as políticas de crédito.

No item dois enfocamos o estudo de caso da pesquisa, procurando resgatar um pouco a história do grupo pesquisado e sua relação com as políticas de crédito citadas no capítulo anterior, com uma reflexão sobre o que é propaganda somente e o que realmente contribui este tipo de política. Aqui a metodologia é basicamente os questionários aplicados, entrevistas e momentos de reflexão com o grupo.

No item três buscamos trazer algumas contribuições sobre as reflexões que as mulheres fazem em relação a própria história delas, do grupo em dois itens que falam sobre a importância da iniciativa e do incentivo, basicamente através de observações e reflexões feitas com as mulheres no grupo e nos questionários e entrevistas.

No decorrer da pesquisa encontramos muitas dificuldades tanto de organização pessoal para estudar, como na elaboração no sentido de encontrar maneiras de dizer em linguagem mais formal o que os resultados da pesquisa apontavam, juntamente com as reflexões que vínhamos fazendo. Assim como houve dificuldades de separar a elaboração do trabalho do momento pessoal e político em que vivo.

O processo de elaboração deste trabalho ajudou na reafirmação de que a luta pela emancipação das mulheres passa também por derrubar, junto com outros, um dos pilares da opressão das mesmas: o Estado burguês, e não adaptar-se a ele, portanto não aceitando o discurso de “tem que ser assim para ser melhor para todos”, pois, estes todos são todos aqueles a quem o Estado está a serviço: a burguesia somente. E não reafirmá-lo como tático para esta libertação, porque na sua essência ele é opressor e não adianta disputá-lo. Recorremos à poesia de Silvio Rodriguez para exemplificar o que teimo em dizer e que aparece de forma velada na pesquisa, escondido pela propaganda.

2 DESENVOLVIMENTO

El Necio

Silvio Rodriguez

*Para no hacer de mi ícono pedazos
Para salvarme entre únicos e impares
Para cederme um lugar em su Parnaso
Para darme um rinconcito em sus altares
Me vienen a convidar a arrepentirme
Me vienen a convidar a que no pierda
Me vienen a convidar a indefinirme
Me vienen a convidar a tanta mierda*

*Yo no se lo que es el destino
Caminando fue lo que fue
Alla Dios que será divino
Yo me muero como vivi
Yo me muero como vivi.*

*Yo quiero segui jugando a lo perdido
Yo quiero ser a la zurda mas que diestro
Yo quero hacer un congreso del unido
Yo quiero rezar a fondo um hijo nuestro
Dirán que pasó da moda la locura
Dirán que la gente es mala e no merece
Mas yo partiré soñando travesuras
Acaso multiplicar panes e peces*

*Dicen que me arrastarán por sobre rocas
Quando la revolución se venga abajo
Que machacarám mis manos e mi boca
Que me arrancaram mis ojos y el badajo
Será que La necedad parió conmigo
La necedad de lo que hoy resulta necio
La necedad de asumir al enemigo
La necedad de vivir sin tener precio.*

2.1 O estado burguês e a Reforma Agrária

O Estado se constituiu sobre processos de organização para dominar as estruturas sociais existentes. Existiram outras formas de organização da Sociedade, como assinalam Engels, em A Origem do Estado da família e da Propriedade Privada, e Lênin, em O Estado e a Revolução, como em outros escritos. Conforme eles o Estado como uma Instituição Legal aparece junto com o surgimento da propriedade privada, da sociedade em classes.

... Hay que tener presente, ante todo, que no siempre existio el Estado. Hubo un tiempo en que no había Estado. Aparece siempre donde aparece una división de la sociedad en clases, siempre que aparecen los explotadores y los explotados. Lenin Pg.341

Sendo assim, aparece com sua função bem definida de impor o respeito e a ordem, é claro, da classe que era dominante. Segundo eles, existiram na história da humanidade várias formas de governo, como escravista, monárquico, feudal, republicano, porém, a função do Estado continuou sempre a mesma de garantir a dominação de uma classe sobre a outra.

El Estado es una maquina para que una clase reprima a otra, una maquina de sometimiento a una clase de las otras clases, subordinadas. Esta maquina pode presentar diversas formas. El Estado esclavista podía ser una monarquía, una republica aristocrática e incluso una republica democrática. En realidad, las formas de gobierno variaban extraordinariamente, pero su esencia era siempre la misma los esclavos no gozaban de ningún derecho y constituían una clase oprimida, no se les consideraba seres humanos. (Lênin, 1919, p.348)

Vivemos em um Estado republicano e democrático, onde, perante a lei, todas as pessoas são iguais, como afirmam os meios de comunicação, e as próprias leis que regem este Estado. Porém, nas condições de sobrevivência não há igualdade, pois os meios de produção são propriedade privada de poucas pessoas, e a grande maioria tem que vender sua força de trabalho para sobreviver. Ao vender sua força de trabalho são exploradas pelos patrões e não podem fazer nenhum protesto reclamando as condições de trabalho, salários... que entra o Estado com seu papel de “manter a ordem”, usando da força repressora que serve a este.

Lênin (1919) afirma que

Cualquiera que sea la forma que adopte una republica, por democratica que sea, si es una republica burguesa, si conserva la propiedad privada de la tierra, de las fabricas, si el capital privado mantiene al conjunto de la sociedad bajo la esclavitud asalariada... entonces ese Estado es una maquina para que unos repriman a otros. (p.356,)

E continua

Debemos rechazar todos los viejos prejuicios acerca de que el Estado significa la igualdad universal, pues es un fraude mientras exista explotación no podrá existir igualdad. (p.356)

Para a burguesia o Estado é consenso, para Marx, conforme assinala Lênin, é pura coerção, pois não existe consenso quando se usa a força para garanti-lo, e no chamado “Estado democrático” em que vivemos, usam-se várias formas de tentativa de convencimento, através de negociações, até que não se coloque em jogo os interesses da burguesia, ou no momento atual em que vivemos, das grandes empresas, sobretudo transnacionais. Pois, qualquer atitude que possa ameaçar estes interesses privados, são fortemente reprimidos pela outra face do Estado, que por mais que não se apresente num primeiro momento, continua no mesmo lugar e com a mesma função, que é o aparato militar, braço armado da burguesia.

O Estado burguês existe para gerenciar os interesses da burguesia, uma vez que a chamada democracia de Estado garante apenas que as pessoas votem a cada quatro anos para escolher quem vai governar. Porém, a população não tem direito de definir os investimentos e o orçamento do Estado, ficando restrito aos “representantes legítimos do povo”, que ganharam esta legitimidade através do voto e, teoricamente, deveriam atender aos interesses deste povo. No entanto, o Estado burguês ainda tem este respeito forçado das pessoas, uma vez que as leis são feitas, em sua grande maioria, para garantir que as pessoas não questionem a atuação do Estado, porque “lei é para ser cumprida” e caso alguém não queira cumprir, é legítimo que se use a força para garanti-la.

Os meios de comunicação de massa são aliados fundamentais do Estado burguês, uma vez que usam de seu poder de convencimento para ir legitimando também todas as formas de atuação deste e justificando-as sempre.

O Estado é uma instituição, os Movimentos Sociais, normalmente são ilegais perante este, no sentido de que são espaços de auto-organização das pessoas. Sendo assim, o Estado oferece, em geral a estes como possibilidades de superarem as reivindicações pelas quais se levantam em luta, as reformas, os programas assistenciais, como secretarias ou projetos de superação de suas necessidades.

É neste contexto que se insere a reforma agrária hoje no Brasil. Ela não foi feita na época em que a burguesia internacional resolveu fazer um conjunto de reformas e vários países fizeram a reforma agrária, mexendo na propriedade da terra, que já não representava

poder algum para a burguesia, e naquele momento era necessário fazer concessões para não perder poder, mas no Brasil não pode ser feita porque a burguesia nacional compreendia que a posse das terras era estruturante ainda para o capital, já que se tratava de um país agroexportador.

Os conflitos pela terra continuam até nos dias de hoje, mas dependendo da força de mobilização que há uma ou outra organização. O governo compra um pedaço de terra para assentar algumas famílias e dar esperança às demais, sempre com a concessão e desde que seja um bom negócio para os fazendeiros. E isso é chamado de reforma agrária.

2.2 A Reforma Agrária para as mulheres

De forma geral a participação no processo de reforma agrária representa um avanço para as mulheres, uma vez que tal qual esta é realizada no Brasil, necessita que haja um processo de organização e luta dos trabalhadores e trabalhadoras que dela necessitam, pois no Brasil não houve uma pré-disposição para uma distribuição de terras de forma mais ampla que possibilitasse mexer na estrutura fundiária que é baseada na concentração, garantindo assim que as pessoas tivessem o acesso a posse da terra de forma mais igualitária.

Em relação à reforma agrária então nem se imagina que esta tenha qualquer possibilidade de acontecer sem haver um processo organizativo e de luta. E mesmo com este processo, por vezes, o que se garante é apenas o acesso à terra por vários anos até ter acesso à outra política pública. Cabe ressaltar que nos últimos 20 anos esta situação havia melhorado com a organização e luta dos trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra, mesmo sem haver uma superação do problema. Mas voltou a acontecer de 2009 em diante, inclusive nestes dois últimos anos com mais dificuldade inclusive na aquisição de terras, sendo cortado o orçamento destas áreas ou criando uma série de empecilhos que dificultem o acesso, além, é claro, da pressão dos latifundiários para evitar que haja avanço na reforma agrária.

Voltando à questão da mulher na reforma agrária, vale dizer que o processo de organização e de luta pela reforma agrária talvez seja uma das maiores experiências de vida, de educação popular, apesar das situações a que são submetidas as mulheres, pois conforme observações feitas nos acampamentos e assentamentos, são nos processos de luta e de maiores enfrentamentos com a burguesia que desaparecem, ainda que de forma muito rápida, as

desigualdades entre homens e mulheres, no entanto elas retornam assim que passam os momentos de enfrentamento.

Segundo Rodrigues (2007), não podemos negar que houve um aumento tanto quantitativo, ainda que de forma forçada, estipulando cota de participação das mulheres de 50% em todas as atividades, como qualitativo, em decorrência da própria participação das mulheres, no MST (Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra), Movimento este que organiza os trabalhadores e as trabalhadoras para fazer a luta pela reforma agrária no Brasil com maior representatividade, e por consequência disso continua organizado nos assentamentos, sendo esta uma dica importante para analisarmos a reforma agrária para as mulheres, mas não a única, pois apesar dos avanços conquistado pelas mulheres nas linhas políticas há muitas dificuldades na realidade. E há também uma série de questões no que diz respeito ao acesso às políticas públicas de forma igualitária e efetiva também, sendo este papel exclusivo do Estado.

A situação das mulheres na Reforma Agrária atual é algo intrigante, uma vez que aumentou o número de mulheres como titulares das terras, mas não se avançou muito no que diz respeito ao empoderamento, às tomadas de decisões. Segundo Carmen Deere

Os direitos formais das mulheres à terra na reforma agrária foram alcançados como um subproduto do esforço em acabar com a discriminação contra as mulheres em todas as suas dimensões (pg. 194).

E continua

A conquista da igualdade formal no direito à terra, entretanto, não levou a um aumento na parcela de beneficiárias na reforma agrária. O INCRA modificou sua prática mais explicitamente discriminatória, a designação de menor pontuação para as mulheres do que para os homens no processo de seleção do beneficiário. Outros critérios, contudo continuaram a discriminar as mulheres chefes de família. Além disso, embora a distribuição e a titulação conjunta (s) agora sejam uma possibilidade legal, o fato de que sejam uma opção ao invés de uma obrigação significa que elas simplesmente não foram implementadas (pg. 194).

Apenas não há concordância com a autora sobre o critério de pontuação para seleção de famílias para serem assentadas, pois, segundo os critérios de seleção de famílias para lotes vagos em assentamentos no edital de 2009, as mulheres ainda valem 0,75 mão de obra, enquanto os homens valem uma mão de obra inteira.

As condições das mulheres de se inserirem na dinâmica da produção dos assentamentos de forma que aumente sua capacidade de ter renda e tomar decisões no que diz respeito a isso, assim como o acesso às políticas de crédito que as incentivem, e são tema

deste trabalho, também estão no âmbito das dificuldades das mulheres na reforma agrária atual, ainda que tenha melhorado a política de crédito com linhas específicas estas ainda não dão conta das necessidades que as mulheres assentadas enfrentam, como veremos no item a seguir.

2.3 As Políticas de Crédito para as mulheres dos assentamentos

O aspecto do crédito é algo que chama a atenção no sentido de que é interessante haver incentivo se queremos que algo avance e os financiamentos então devem estar voltados para esta necessidade.

Em relação a isso nos parece curioso e não podemos deixar de trazer logo no início deste item os números do plano safra dos últimos anos, que nos dão mais elementos para analisarmos os investimentos do estado na agricultura brasileira e a divisão de classes nada discreta expressa nestes, logo após faremos o recorte de gênero que fica difícil fazer sem o recorte de classe anteriormente por dois motivos: o recorte de classes que a pesquisadora faz para trabalhar com a classe trabalhadora, e, a forma como o estado faz também seu recorte de classe, seguido pelos governos, porém de forma muito radical em defesa da burguesia.

Os números da tabela a seguir foram retirados do site do Ministério da Fazenda, sendo que é um comparativo entre a quantidade de dinheiro disponível para a agricultura empresarial e para a agricultura familiar nos últimos 8 anos, passando por vários governos e aumentando cada vez mais a diferença de classe expressa nestes números. Este comparativo se faz necessário para discutirmos a seguir o pronaf mulher, que é uma linha específica dentro do pronaf, no entanto há uma necessidade de não esquecermos o recorte de classe.

Tabela 1 – Os números da evolução do Plano Safra para a Agricultura Empresarial e para a Agricultura familiar - Pronaf (em R\$ bilhões), e comparado ao Pronaf Mulher (30% do Pronaf).

Ano Agrícola	Agricultura Empresarial	Agricultura Familiar	Pronaf Mulher (30% do pronaf)
2003/04	27,10	5,40	1,62
2004/05	39,40	7,00	2,1
2005/06	44,30	9,00	2,7
2006/07	50,00	10,00	3,00
2007/08	58,00	12,00	3,6
2008/09	65,00	13,00	3,9
2009/10	92,50	15,00	4,5
2010/11	100,00	16,00	4,8

Fonte: site do Ministério da Fazenda, Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Secretaria Adjunta de Microfinanças e Crédito Agrícola. Evolução do Crédito Rural, acompanhamento da safra brasileira, apresentação em power point.

Se olharmos com atenção a tabela acima veremos que na distribuição dos financiamentos para safra triplicou a diferença em 8 anos, ou seja na safra 2003/04 a diferença entre os recursos do Estado disponíveis para a agricultura familiar e a empresarial era de aproximadamente R\$ 22,00 bi, sendo que no plano safra 2010/11 esta diferença chega a R\$ 84,00 bilhões em favor da agricultura, o que demonstra em números o caráter classista do estado, e praticamente não há propaganda disso nos meios de comunicação, porém dos recursos destinados para o pronaf há uma propaganda enorme e quando se fala em linhas de crédito específica para mulheres da agricultura familiar a propaganda é maior ainda, mas veremos a seguir um comparativo entre estes números para ver o que realmente significa a quantidade de dinheiro disponível para elas e as condições de acesso.

Em relação às mulheres da reforma agrária a situação é mais complicada, porque até pouco tempo não havia uma linha específica de crédito para as mulheres, segundo Butto e Hora:

Programas como o Proceca – Programa de Crédito Especial à Reforma Agrária e do Lumiar – Programa de Assistência Técnica para a Reforma Agrária, implantados nos anos 90, não produziram ou não publicizaram dados e informações sobre a participação das mulheres (2008, p. 25).

No entanto o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), vem como o grande avanço a partir de 1996, sendo que a partir de 2001 traz também uma

linha de crédito específica para as mulheres, ou seja, 30% de todo o montante de recursos do Pronaf deve ser destinado às mulheres, mas segundo Butto e Hora:

Apesar de mudanças nas instruções do Pronaf, estabelecendo um mínimo de 30% dos recursos a serem destinados preferencialmente às mulheres (Portaria 121, de 22 de maio de 2001), o acesso das mulheres ao crédito não se alterou. Na safra 2001/2002, as mulheres representavam 10,4% dos contratos realizados e 11,2% do montante financiado.⁴No caso das assentadas, o acesso delas ao Pronaf A significava uma proporção maior, 14% do total de beneficiários/as, mas apenas 2,7% do total de contratos celebrados na modalidade A/C tinham mulheres como titulares (2008, p. 25).

Se vamos olhar do ponto de vista de quem faz propaganda das políticas sociais dos governos, houve avanço por que antes não tinha nada e agora tem, por mais que seja pouco, no entanto há que se levarem em consideração os números para não haver propaganda demais em cima de pouca coisa.

Observando a tabela acima em números não há muita novidade, trinta por cento é um terço de todo recurso do pronaf é destinado à linha especial para mulheres, mas o importante é termos estes números para fazer a comparação do pronaf mulher com os recursos destinados à agricultura empresarial, pois se a situação já era muito discriminatória em relação ao pronaf em geral fica ainda mais complicada quando comparamos com o pronaf mulher.

Na tabela acima podemos observar que não é nada singela a diferença entre o volume de recursos destinados à agricultura empresarial, em relação ao pronaf mulher, este varia entre aproximadamente R\$ 26,5 bilhões e R\$ 95,2 bilhões a mais para a agricultura empresarial e estas são informações que merecem um pouco de nossa atenção. Por que isso exemplifica em números o caráter classista do estado, e nos coloca na condição de observar o tamanho da propaganda do pronaf mulher para a significância do volume de recursos destinado para este, se comparado à agricultura empresarial. Segundo cartilha do Sebrae (pg. 19), o valor máximo que uma agricultora familiar pode acessar é de R\$ 50.000,00, segundo sua capacidade de pagamento. Qual seria um valor máximo que um agricultor empresarial poderia acessar? As condições de investimento são desiguais e privilegiam quem já tem mais condições financeiras.

Junto com isso vem os critérios para acessar excluem boa parte das mulheres pela condição que elas vivem, como por exemplo, o que mais exclui na situação de grande parte das mulheres assentadas, e não está descrito nos critérios di site do Banco do Brasil, que é a situação de endividamento das famílias assentadas, que impede que as mulheres acessem outro financiamento, agora no nome delas.

Outra modalidade de crédito especial para as mulheres é a linha de “crédito apoio mulher”, uma modalidade de crédito instalação criada no ano de 2007, destinada, até o ano de 2010, a grupos de mulheres de projetos de assentamentos criados depois do ano 2000, sendo que após sofrer algumas críticas e sugestões passou, em 2011, a atender também mulheres dos assentamentos criados anterior ao ano 2000, levando em consideração que o maior número de famílias assentados é anterior a este ano.

Segundo documentos do INCRA, o crédito apoio mulher tem como objetivos:

Incentivar o desenvolvimento de atividades agrícolas e não-agrícolas das mulheres no âmbito dos projetos de assentamento;
 Promover a inserção e a participação das mulheres na dinâmica produtiva e econômica no meio rural;
 Contribuir na superação da desigualdade entre homens e mulheres no meio rural.
 (Folder de divulgação do programa)

Sendo que tem várias possibilidades de aplicação, ou seja, diferentemente do Pronaf, este possibilita que o recurso seja aplicado tanto em estruturas, como na produção, não necessariamente só agropecuária, ou na comercialização, buscando ajudar na geração de renda para as mulheres.

Até o ano de 2010 o “Apoio Mulher” estava programado para ser liberado em três parcelas de R\$ 800,00, mediante laudo e projeto específico de cada parcela, totalizando R\$ 2400,00 para cada mulher, no entanto os projetos deveriam ser de grupos de, no mínimo, 5 mulheres, devidamente titulares de lotes, sendo que os grupos podem ser informais ou formais, mas a gestão e aplicação dos recursos ser coletivas, respeitando, é claro, aquele critério silencioso que as titulares de contas devem estar com situação de adimplência regular no banco.

O reembolso deve acontecer em 20 anos, com três anos de carência e dezessete para pagar. Vale ressaltar que em 2011 houve mudanças em quatro itens desta linha de crédito, oferecendo uma abrangência maior no público, pois agora mulheres assentadas antes do ano 2000 podem acessar; desburocratizando mais o acesso e aumentando um pouquinho o valor, passando a ser em uma única parcela de R\$ 3.000,00 e não mais em três de R\$ 800,00, bem como os grupos podem ser de no mínimo três mulheres e não mais de cinco. O acompanhamento e orientação dos grupos devem ser feito pela Ates.

Esta modalidade de crédito, apesar de toda sua abrangência em possibilidades de aplicação, e mesmo após os ajustes, também está submetida ao caráter classista do estado burguês que limita a um valor de R\$ 3000,00 por mulher para fazer investimentos. Pois, por

mais que seja trabalho em grupo este valor não é estipulado pelas necessidades de investimentos para o desenvolvimento dos grupos de mulheres e sim pela capacidade de pagamento, e quem não entra nos critérios fica fora. Alguns grupos mais consistentes como o coletivo Mãe Terra, em Jóia, não entrava nos critérios até 2010, e tiveram que buscar recursos de ONGs para ter estruturas. Há também casos de grupos que encaminharam projeto em 2010 e ainda não puderam acessar o recurso por falta da liberação deste pelo órgão competente.

Isso tudo explicita que, por vezes, a propaganda do governo é maior do que realmente é feito em prol do desenvolvimento da agricultura familiar e da inclusão das mulheres na reforma agrária, além do caráter classista do Estado que destina quase sete vezes mais recurso para a agricultura empresarial do que para a familiar, e seus representantes divulgam e fazem a propaganda de que está uma maravilha o processo de inclusão das mulheres do campo, com uma sutileza que esconde esta diferença de classe e tenta fazer as pessoas se contentar com isso.

Se quiser realmente incluir tem que dar igualdade de condições, e isso requer bem mais que alguns programas de crédito que já exclui pela quantidade de recursos destinados e mais ainda pelos critérios que poucas se encaixam pelo nível de endividamento que se encontram. A lógica não deveria ser outra, dando mais incentivo para quem tem menos condições para realmente igualar estas? Não há como desenvolver se não houver investimentos feitos de uma ou de outra forma, a diferença está na quantidade de recursos destinado para cada um dos grupos sociais.

2.4 A Presença da ATEs no Trabalho com as Mulheres Assentadas

O trabalho da Assistência Técnica Social e Ambiental (ATEs) é importante para os assentamentos como um todo, pois, segundo o manual operacional de Ates o objetivo geral desta é:

Assegurar técnica, social e ambientalmente às famílias assentadas nos Projetos de Reforma Agrária e Projetos de Assentamentos reconhecidos pelo INCRA, tornando-os unidades de produção estruturadas, com segurança alimentar garantida, inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional, de forma ambientalmente sustentável (pg. 02).

Mas, por vezes, há que considerar a necessidade de outros atores e outras ações para que este objetivo seja alcançado plenamente, pois no que se refere às mulheres, muitas vezes, é necessário serem implementadas políticas de crédito junto para investimentos, além de um

acompanhamento mais próximo no sentido de ajudar garantir que as necessidades destas venham ser supridas. Por isso a importância do trabalho em grupo, inclusive para este acompanhamento mais próximo da Ates se tornar viável.

Há uma importância especial no trabalho com grupos específicos de mulheres para a Ates, pois o grupo incentiva as mulheres participar das atividades por ele, pois pela família muitas vezes elas ficam sem participar porque vai apenas um representante para as atividades.

Não é possível trabalhar com as mulheres assentadas, se queremos inseri-las competitivamente no processo de produção, conforme sugere o objetivo geral da Ates, sem levar em consideração pelo menos duas questões fundamentais: Uma, que há opressão de gênero e, portanto, elas precisam ser acompanhadas e incentivadas cotidianamente e esse processo é cheio de contradições e por vezes, doloroso. A outra, que é necessário fazer investimentos e estruturar estas, para o nível de competição que se quer inseri-las, com políticas de créditos que sejam coerentes com as demandas delas. No entanto isso não depende exclusivamente da Ates, pois esta elabora os projetos e dá acompanhamento, mas não insinde sobre as políticas de crédito.

Em relação aos créditos cabe ressaltar a importância do acompanhamento da Ates na execução de todas as etapas, tendo em vista que em alguns casos, quando se consegue acessar créditos específicos para mulheres, estes acabam sendo usados para dar seguimento a projetos elaborados e coordenados pelos homens e as mulheres só emprestam o nome e não conseguem gestar, as atividades e investimento igual acontece com qualquer outra linha de crédito.

A ação da Ates com as mulheres vai depender do nível de organização que estas se encontram, há processos mais avançados que já conseguem colocar as demandas, outros que precisam ser desafiados a começar. Para as mulheres do Coletivo Mãe Terra, em Jóia, por exemplo, a avaliação é que a iniciativa foi das mulheres, mas na maioria das vezes houve incentivo por parte de representantes das equipes técnicas no nível da organização do grupo, porém, a dificuldade maior foi para o grupo acessar algum crédito para investimento em estruturas, tendo que buscar em ONGs, mas hoje a demanda se coloca em outro nível, segundo a entrevistada 1

“... precisamos um acompanhamento permanente e sistemático para o padrão de qualidade dos produtos, gerenciamento, pesos e medidas, custos de produção, projetos futuros de viabilidade, etc. Tudo isso é feito pelas mulheres, mas queremos melhorar, qualificar este trabalho.”

E sobre a importância da Ates acrescenta,

Hoje é indispensável o acompanhamento técnico no caso do Mãe Terra ... e para as mulheres assentadas em geral, deve-se forjar a participação na produção, nos investimentos produtivos e na qualificação do trabalho, seja em qualquer área (Horta, pomar, leite, culinária...).

Outras mulheres onde foram aplicados os questionários também falaram sobre a importância do trabalho da Ates com as mulheres assentadas, na mesma linha com expressões como as seguintes: *ajuda na qualificação nossa, é importante para o desenvolvimento de nossas atividades e na organização das pessoas e atividades.*

Portanto cabe para a Ates levar ou não em consideração estas afirmações que representam expectativas das mulheres para com a mesma. Sendo que é sempre bom lembrar que não só a área social da Ates é responsável por ajudar na organização e acompanhamento destes grupos e que estes são importantíssimos para a organização e desenvolvimento dos assentamentos.

2.5 As mulheres no assentamento Rondinha¹

Criado oficialmente no ano de 1995, o Assentamento Rondinha é composto por 234 famílias e fica há 35Km da sede do município de Jóia no qual se localiza. Este assentamento compõe um complexo de assentamentos com os que foram criados depois, que compreende em torno de 400 famílias, sendo que o Rondinha é o maior deles e tem uma localização mais central.

Segundo o PRA (Plano de Recuperação do Assentamento), elaborado pela empresa Emater (pg. 33), o assentamento tem uma população total de 814 pessoas, sendo que destas 395 são do sexo feminino, incluindo crianças, jovens, mulheres adultas e idosas.

Deste total geral, segundo a Emater ainda, 47,8% são pessoas adultas e 28,5% são jovens, ficando aqui um destaque espacial para a juventude que existe neste assentamento.

Existe um único grupo específico de mulheres que trabalha com geração de renda atualmente e reúne sistematicamente uma vez por mês para reorganizar o planejamento e fazer prestação de contas, além de outros assuntos como aniversários e outros.

¹ As informações e dados contidos neste item foram retirados do documentos relatório do PRA (plano de Recuperação do Assentamento elaborado pela empresa Emater)

As demais se envolvem em atividades de lazer, religiosa, de responsabilidade de mãe, como a escola, ou simplesmente em nenhuma destas.

Há uma desmobilização na participação das mulheres deste assentamento, por isso faz-se mais importante ainda a experiência do coletivo Mãe terra que socializaremos a seguir, pois apesar de poucas participarem, em relação ao número geral de mulheres do assentamento, é um germe de organização e participação que permanece.

2.6 O coletivo “Mãe Terra”²

Criado oficialmente como nome de Coletivo Mãe Terra no ano de 2000, o coletivo de mulheres do Assentamento Rondinha em Jóia tem sua origem na organização de mulheres orientada pelo Movimento Sem Terra, através do setor de gênero.

Desde o início do assentamento, em 1995, as mulheres reuniam-se para tratar de assuntos, na maioria das vezes, específicos sobre a questão da mulher, a participação igualitária dentro do Movimento, violência contra a mulher, o 08 de março... e assim por diante, como a maioria delas já fazia desde o acampamento.

Por algum tempo os encontros eram esporádicos, com bastante mulheres e com o objetivo de fazer debates sobre os temas citados anteriormente, além de outros. Há que ser levado em consideração também que o Assentamento estava em fase de implantação e estruturação, havendo uma euforia muito grande e uma participação geral das pessoas maior que hoje em todas as atividades propostas.

A necessidade foi sendo compreendida como tal, e a tentativa foi de organizar encontros periódicos para dar uma continuidade nas discussões e avançar, tornando mais sólida a organização das mulheres.

Ao mesmo tempo o Assentamento como um todo foi se solidificando e organizando a produção de modo que as pessoas passassem a dar maior atenção para isso.

Com esses dois movimentos acontecendo, a participação das mulheres já caiu um pouco, e não se pode afirmar que foi só uma coisa ou só outra que causou esta diminuição, mas talvez uma mistura de várias coisas como a distância, a frequência nos encontros e a produção que estava sendo estruturada.

² As informações contidas neste item são retiradas do conteúdo das entrevistas com as mulheres do coletivo que recompuseram a história do mesmo para esta pesquisa.

Pensando em tudo isso, a proposição foi de criar mais de um grupo no assentamento para fazer estes encontros mais frequentes e continuarem reunindo-se esporadicamente em encontros maiores.

Não se sabe bem ao certo o que aconteceu, mas apenas um grupo teve forças para seguir adiante, e então passou a reunir mulheres de vários locais do assentamento que tinham disposição de participar de encontros periódicos como estava sendo proposto, e não apenas as mais próximas. Com isso já se percebe que houve um grupo grande de mulheres que não conseguiu mais estar inserida dentro de um grupo e ficou de fora.

È verdade que nunca houve muito incentivo por parte da estrutura organizativa e das instâncias do MST na região para que as mulheres se auto-organizassem, mas por outro lado sempre houve quem puxasse isso também.

Com o passar do tempo veio a crise de para que mesmo estamos nos reunindo? E foram vários debates em torno disso, contradições... e buscam ajuda da ATES.

Resolvem que o grupo continua sendo para fazer discussões de temas relacionados á mulher que não eram discutidos em outros espaços, bem como para fazer brincadeiras recreativas, homenagens, troca de sementes, oficinas de artesanato e outras trocas de experiências. O grupo ganhou vida outra vez e passou a chamar-se Coletivo Mãe Terra.

No Assentamento como um todo houve resistência forte com o grupo, principalmente nas instâncias de coordenação e direção do assentamento, eram chamadas de loucas e outras coisas, mesmo que não tivessem uma intervenção muito grande, mas era o único gérmen que havia sobrado da organização das mulheres. E foram se articulando e fazendo agitação com as mulheres, criando uma identidade de grupo, organizando simbologia, camisetas e continuaram pensando como avançar mais nesta organização.

Passado mais um tempo deram mais um passo naquilo que já vinham projetando há algum tempo: a possibilidade de trabalhar com geração de renda, tomando a decisão de buscar isso.

Um dos passos foi que deveriam criar uma espécie de associação sendo que todas as sócias deveriam pagar um taxa por ano para ir arrecadando fundos. Aí criou-se mais um problemas e muitas deixaram de participar do Coletivo por conta desta taxa.

Inicialmente a saída foi buscar doações através das integrantes do grupo, promoções organizadas para arrecadação de fundos e iniciar o trabalho de produção de alimentos e continuar os fitoterápicos e materiais de higiene que já havia começado a produção com o que tinham. Porém nos alimentos, principalmente panificados, sentiu-se a necessidade de aprimorar a estrutura do grupo, como não encontraram outra possibilidade organizaram

projeto com a Cáritas Diocesana de Cruz Alta e conseguiram R\$ 800,00 para a aquisição de um forno, os demais materiais foram doações das próprias mulheres para montar uma cozinha. Organizaram rodízio quinzenal das mulheres para produzir receitas integrais em caráter de teste e aprimoramento. As produções inicialmente eram divididas e levadas para as famílias. Mas agora precisavam pagar o projeto e assim que sentiram que dava começaram as vendas. Com o pagamento certinho outros dois projetos foram conseguidos com a Cáritas, um de R\$ 1300,00 e o último de R\$7.000,00 que foi o investimento específico em uma estrutura de padaria completa, sendo que este foi integralmente elaborado pelas mulheres que fazem parte do grupo. Só então considerou-se a possibilidade de uma fonte de renda para as mulheres que trabalham nesta linha de produção, pois, até então o trabalho era voluntário.

As dificuldades para conseguir estes créditos foram muitas, tendo em vista a distância da cidade, a falta de uma estrutura de sede, casa, a incerteza da venda dos produtos em grande quantidade, a legalização do grupo junto ao Estado, o gerenciamento, a produção e o controle, tudo eram dúvidas.

O Coletivo foi reduzindo, como podemos ver, por vários motivos, e quando iniciou-se o trabalho com a produção de panificados, ainda com pouca estrutura, foi que a demanda foi aumentando e precisavam organizar o trabalho e a arrecadação, mas veio mais dificuldades nisso e mais gente desistiu do Coletivo. Talvez esta fosse uma das maiores crises do Coletivo, pois das outras vezes saíam algumas, mas as que ficavam continuavam tocando o grupo da mesma forma, só que desta vez era necessário que se organizasse melhor a produção, arrecadação e distribuição dos recursos, sob pena de, talvez o grupo não conseguir continuar. As forças todas foram voltadas para resolver este problema, conseguiram se organizar e não deixar que o grupo terminasse.

Hoje contam com uma demanda muito grande na produção e conseguiram dividir tarefas para dar conta desta. São 30 sócias divididas em três áreas da produção: artesanato, fitoterápicos e panificados, fazendo uma tentativa de trabalhar com compotas também e assim incentivar os assentados a produzirem alimentos. Comentam ainda de suas dificuldades na organização geral da produção e muitas acham que precisam mais aprimoramento.

O reconhecimento do assentamento em relação ao grupo tomou uma dimensão muito grande através de seus produtos. Todo mundo compra e reconhece o trabalho do grupo.

O grupo hoje está trabalhando e melhorando a estrutura interna, ainda não conseguiu formar um capital de giro e trabalha na margem de vendas-investimentos. Não se pretende parar e sim ampliar o trabalho para que mais mulheres sejam envolvidas. Segundo elas, outras iniciativas já surgiram incentivadas por esse grupo, como é o caso das conservas, aviários e

estufas e um contempla o outro na produção e industrialização, embora todos estejam no primeiro passo. Por exemplo, a produção de ovos para vender para a padaria do Mãe Terra, de frutas para fazerem compotas, e outras coisas.

Há uma expectativa de ampliar para um número maior de consumidores, o que está dificultando é conseguir um crédito maior para construir estrutura própria e adequada para o trabalho do grupo.

Em relação aos desafios do grupo se coloca também, é claro que com um peso menor, por isso precisaria de incentivo maior da Ates e do próprio MST, retomar aquele trabalho de formação política e estudos de temas específicos sobre as mulheres, organização da classe. Pois, para algumas das integrantes do grupo este deve servir para as duas coisas, geração de renda e organização política das mulheres, se não combinar as duas coisas pode não segurar em momentos de crise.

2.7 As políticas de crédito e o coletivo “Mãe Terra”

Para falar das políticas de crédito deixamos claro que estamos falando das linhas específicas para mulheres, pronaf mulher e crédito apoio mulher, a primeira individual e a segunda para grupos.

A pesquisa revelou que, das 30 mulheres que fazem parte do Coletivo Mãe Terra, três não tiveram acesso ao crédito pronaf mulher por serem aposentadas, uma por opção, uma por não estar regular, outra por ser filha de assentados e não ser titular de lote e as outras vinte e quatro por estarem inadimplentes com o banco, geralmente por dívidas de custeio de safra ou outros créditos adquiridos pelas famílias para ajudar viabilizar a vida no assentamento. Logo nenhuma das mulheres do coletivo acessou esta modalidade de crédito, e apenas uma foi por opção, as demais não tiveram oportunidade por uma ou outra condição de impedimento. Já em relação ao crédito apoio mulher até o final do ano de 2010 este grupo não se encaixava nos critérios, pois este era apenas para as assentadas depois do ano 2000 e este assentamento é de 1995.

Agora que este critério não afeta mais a possibilidade do grupo acessar este crédito vão estudar se o mesmo contempla as necessidades do grupo e depois ver se tem mulheres que se encaixam fora do endividamento para poder acessá-lo.

Quando do início da pesquisa não havia esta informação de que nenhuma das mulheres do grupo havia acessado nenhuma das linhas de créditos a serem analisadas, porém isso não invalida o trabalho, nem a pesquisa, apenas da uma outra dimensão para esta análise.

A dimensão de que a propaganda é maior do que o alcance real destas políticas de crédito, no sentido delas realmente existe e está disponível para todas as pessoas, mas o grau de endividamento é tão grande nos assentamentos que elas ficam impossibilitadas de acessar.

Não queremos nos deter muito nos motivos do endividamento das famílias que não é objetivo de nossa análise, mas cabe ressaltar que uma das possibilidades deste nível de endividamento pode ser as próprias políticas de crédito, que em comparação com o crédito disponível para a agricultura empresarial são sub créditos, que não permitem que sejam feitos investimentos possíveis de ajudar aos agricultores se “inserir competitivamente” no mercado, além de outras coisas estruturais.

Em relação ao crédito específico para as mulheres a situação é mais complicada, pois na tabela 1 exibida anteriormente podemos ver uma comparação da diferença da quantidade de recursos dirigidos para cada uma das categorias sociais que chega a mais de R\$ 95 bilhões.

Segundo as mulheres do Coletivo Mãe Terra, para dar conta das necessidades e de ajudar inserir as mulheres realmente na produção de uma forma mais segura, as políticas de crédito deveriam ser mais abrangentes entre outros aspectos:

“... a política de crédito deveria ser mais abrangente às iniciativas, com um maior valor, com mais critérios coletivos e menos individuais, e deveria contemplar a implantação de estruturas públicas para que as mulheres pudessem trabalhar e desenvolver os projetos a que se propõem. Por exemplo, obras e equipamentos grandes deveriam ser fornecidos para serem públicos e não particulares. As pessoas acessariam créditos para subsidio na produção, matéria-prima somente” (Entrevistada 1).

apesar de não terem conseguido acessar nenhum dos créditos disponíveis, as mulheres deste coletivo acham de suma importância a questão do crédito, porém sugerem que seja menos complicado de acessar. Sobre esta importância tanto para o Coletivo, como para as mulheres assentadas em geral várias se expressam dizendo porque: “*Para continuar na agricultura*”, “*para ajudar na realização dos sonhos...*”, “*para melhorar estruturas na propriedade*”, “*qualificar a produção*”, “*viabilizar projetos...*”, entre outras coisas.

O crédito para o Coletivo Mãe Terra está dentro da linha do incentivo que as pessoas precisam para seguir e levar adiante seus sonhos, assim como a Ates. Não falta vontade e nem criatividade, por vezes o que falta é um incentivo e condições para fazê-lo.

Assim como o Coletivo Mãe Terra deve haver outros grupos, e mulheres em geral que não estão nos grupos que não conseguiram se encaixar nas linhas de crédito existentes, porém o grupo pesquisado tem uma história feliz, pois passou por várias provações e se manteve, com poucas é claro, mas sobreviveu e teve iniciativa para buscar incentivo financeiro de outras formas para viabilizar seus sonhos, porém nem todos tem essa força e podem perecer por não se encaixar nas políticas existentes.

3 POSSIBILIDADES E DESAFIOS DO GRUPO A PARTIR DAS MULHERES

Na história do Coletivo Mãe Terra é importante observar que o tempo inteiro houve avaliações, recuos e avanços e muitos momentos de tensionamentos. Hoje há um orgulho das mulheres por terem conseguido chegar até aqui, e apesar das dificuldades que ainda persistem, elas estão felizes e gostam de compartilhar sua trajetória no intuito de ajudar outros grupos e outras mulheres. Por isso a seguir elencamos dois pontos que elas acham indispensável na análise e socialização desta trajetória delas, e que são ainda muito vivos diariamente para o grupo.

3.1 A importância do incentivo

Existem várias maneiras de incentivar as pessoas, dependendo da situação, por vezes basta algumas palavras, um carinho, outras, é preciso uma chamada de atenção ou, no caso do Coletivo Mãe Terra o incentivo significa, talvez a parte mais difícil, não só dar palavras de estímulo, mas além disso ajudar organizar e buscar formas de fazer investimentos, caminhar junto, ajudar buscar saídas, comprometer-se.

Acreditamos que esta é o caso de qualquer grupo de mulheres que se quer incentivar nos assentamentos, pois a condição de descapitalização é tão grande que incentivar alguma alternativa passa necessariamente por isso.

O papel da Ates é de fundamental importância nestas situações, pois é ali o elo de ligação entre estas iniciativas e as políticas sociais em geral, no entanto é compreensível que as pessoas que compõe a Ates desanimem também quando os impeditivos, principalmente financeiros neste caso, não deixam avançar projetos e parece que não se está fazendo nada.

Talvez não seja exatamente de interesse nacional um investimento em grupos de mulheres dos assentamentos, mas é de interesse social de um grande grupo, e para as mulheres do Coletivo Mãe Terra, incentivar passa necessariamente por elaborar políticas de crédito que estejam ao alcance de grupos que queiram desenvolver projetos de geração de

renda e sustentabilidade para as famílias. Nada mais incentivador que ver todas as pessoas se sentindo valorizadas, conseguindo desenvolver o que sonham.

As possibilidades do Coletivo Mãe Terra desenvolver mais e agregar outras mulheres são muitas se depender delas, porém os desafios colocados são os de conseguir fazer novos investimentos em estruturas que dêem conta de desenvolver mais o grupo.

3.2 A importância da iniciativa e da autonomia

O significado da experiência do Coletivo Mãe Terra para outros grupos de mulheres é algo extraordinário, pois, se por um lado sabemos a importância e a necessidade que tem incentivos como a participação ativa da Ates e políticas de crédito ao alcance destas para fazer investimentos, também é extremamente importante olhar para esta questão da iniciativa das pessoas, a vontade de fazer, a tentativa, a busca pela autonomia, que não faltou neste grupo, ou não teriam esta caminhada toda.

Segundo elas, nunca faltou vontade para as mulheres, o que acontece é que algumas não tem muito iniciativa e persistência ou mesmo condições, e então desistem com mais facilidade, ou seja, precisam de um estímulo, um incentivo a mais para acreditar, mas não se trata de falta de vontade.

Quando perguntamos sobre qual é a importância desta auto-organização do grupo, mesmo sem financiamentos, as respostas foram várias mas na mesma direção e merecem ser citadas :

“...tem uma importância social e de organização da produção.” (entrevistada 10)
“é importante pelo desafio e força de vontade” (entrevistada 11)
“é uma forma de trabalho e geração de renda para as mulheres e das mulheres.”(entrevistada 8)
“ é importante pela busca para conquistar suas coisas mais unidas” (entrevistada 5)
“ se constrói muitas coisas com um bom planejamento e união.”(entrevistada 3)
“Prova que se tem força de vontade.”(entrevistada 2)
“A auto-organização eleva o nível de aprendizado, compromisso e seriedade”. (entrevistada 1)
“eu vejo que por mais difícil que foi e está sendo, valeu e vale a pena”. (entrevistada 6)

Fizemos questão de trazer várias falas para exemplificar o orgulho que têm de sua caminhada até aqui e a força de vontade, como exemplo do que é iniciativa e autonomia para

elas. No entanto não desconsideram que poderiam estar com mais mulheres organizadas se tivessem tido o apoio de alguma política pública de crédito, nem o desafio de continuar organizando as mesmas e a própria produção de alimentos no assentamento para as mais audaciosas. Além de colocar como desafio também a retomada do trabalho de formação política e de gênero.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de pesquisa realizado para este trabalho de conclusão de curso passou por algumas mudanças de tema no caminho, mas para que elaborássemos este apresentado aqui nos colocamos como objetivo analisar os programas de crédito pronaf mulher e apoio mulher da ótica do público alvo destes programas, com a intenção de trazer elementos que contribuam para melhorar os mesmos.

Ao longo do processo fomos percebendo que o grupo onde foi feito o estudo de caso não havia sido beneficiado por nenhum destes programas e buscamos voltar nosso olhar também para analisar este fator do acesso e da necessidade destas políticas de crédito para as mulheres.

Esperávamos encontrar uma história de menos iniciativa das mulheres e mais acesso aos programas de crédito do estado, pelo nível de propaganda envolvido nestes, no entanto que encontramos foi o contrário, uma dificuldade de acessar as linhas de crédito disponíveis e uma história de muito esforço e iniciativa das mulheres.

Os estudos feitos apontaram que houve avanços na conquista de políticas de crédito específicos para mulheres e é inegável sua importância, pois há algum tempo atrás não existiam linhas específicas para mulheres, no entanto muitos desafios permanecem.

Uma das questões é que uma grande parte das mulheres não pode acessar nenhum tipo de crédito pelo nível de endividamento em que se encontram a maioria das famílias assentadas. Sendo que a questão do acesso ao crédito pelas mulheres era e continua sendo uma dificuldade, mesmo com esses programas específicos, pois o fato de criar políticas simplesmente não muda a condição das mesmas.

Há limites também em relação ao papel que a Ates deveria desempenhar, pois ajudar organizar e buscar políticas que garantam uma estruturação mínima para o trabalho e geração de renda para as famílias está dentro das expectativas que estas tem para com a Ates, no entanto há dificuldades por vezes de conseguir encaixar as mulheres dentro das políticas existentes, já que a Ates não tem poder de criar políticas que atendam as necessidades das mesmas.

Além da dificuldade de acesso às políticas de crédito, outra dificuldade das mesmas, revelada pela pesquisa é a quantidade de recursos destinado para estas, principalmente, no que se refere ao crédito apoio mulher, pois é um valor baixo que limita muito a capacidade de

investimentos. Já em relação ao pronaf fica explícito o caráter classista do Estado (ver tabela 1), quando comparado com os números da agricultura empresarial, revelando que, independente de qual governo que assume, se mantiver esta desigualdade estrutural não conseguirá avançar , pois segundo Hillig (2008)

“Os modelos descentralizados de gestão de políticas agrárias indicam uma ampliação dos espaços de discussão e divulgação das políticas, mas mantém o poder de decisão e a estrutura administrativa no aparato do Estado”. (pg. 19).

E o Estado tem este caráter de classe, de modo que a propaganda tenta esconder o que os números revelam: uma diferença que chega a 20,8 vezes mais no valor do crédito destinado à agricultura empresarial, além de outras condições estruturais.

No que se refere a importância da auto-organização das mulheres, a pesquisa nos mostra que aquelas do Coletivo Mãe Terra são vencedoras e um belo exemplo para outros grupos, no entanto é importante frisar que foram 10 anos de caminhada para poder chegar na condição que estão hoje, que se tivessem acesso e possibilidade de fazer investimentos antes, talvez não demorasse tanto para gerar renda, o que é fundamental na vida das famílias assentadas. As famílias precisam comer hoje e não daqui dez anos somente, por isso que é necessário levar em consideração as considerações das mulheres deste grupo sobre a importância da auto-organização, iniciativa e autonomia, mas também do incentivo do crédito e colaboradores como a Ates.

Na perspectiva de trazer elementos que contribuam para ajudar na superação dos limites apontados na pesquisa, consideramos que é necessário haver uma reorganização tanto da questão fundiária, quanto das políticas de crédito, para poder haver de fato uma diminuição das desigualdades sociais e de gênero no campo, pois é só mudando a estrutura que vai haver mudança social e diminuir as desigualdades.

Em relação ao crédito especificamente, é importante que sejam apresentadas políticas que tenham maior possibilidade de acesso para este público e possibilitem fazer investimentos capazes de gerar renda e entrar no mercado. Ou seja, é preciso aumentar o valor do crédito destinado a investimentos para as mulheres, para que consigam fazer um investimento completo e dar o chamado “giro “ completo na sua economia.

Outra situação que a pesquisa apontou como dificuldade é o endividamento das famílias, e a sugestão não podia ser outra, é necessário haver uma renegociação destas dívidas para que consigam fazer novos investimentos, pois sem investir não se avança, e à situação criada de endividamento, que vem casada com e descapitalização das famílias, cabe uma nova pesquisa, pois muitos podem ser os fatores, inclusive o tamanho do lote destinado para cada

família, ou mesmo do crédito, que dificulta avançar economicamente, ou mesmo investimentos errados, ou outras coisas ainda que não nos cabe elencar agora.

Sobre a Ates, é necessário seguir ajudando na organização das famílias, talvez este seja uma das principais tarefas, pois trabalhar com as famílias desorganizadas é uma situação muito complicada, o trabalho parece não avançar muito, e o MST deixou de fazer esta organização há algum tempo na maioria dos assentamentos. Trazer elementos para análise e informações, seja sobre crédito, seja sobre qualquer outra questão importante para o desenvolvimento dos assentamentos. É necessário ter as informações com clareza para poder decidir, ter iniciativas. E a Ates pode cumprir com este papel.

Em relação ao Estado, é importante ter a clareza de que, por seu caráter de classe, a classe trabalhadora não terá suas necessidades plenamente supridas por este Estado. No entanto deve acessar todas as políticas públicas que tem direito, porém não se acomodar e aceitar que está bom se não houver igualdade real de condições, e para isso, precisa haver toda uma reorganização estrutural. Só que esta relação é de muitos tensionamentos, por isso preparar-se para estes consiste numa tarefa importante tanto para as mulheres assentadas, como para todas as famílias.

Sobre esta postura das mulheres do Coletivo Mãe Terra de ter iniciativa, autonomia e buscar alternativas, é um exemplo muito importante para outros grupos e deve ser incentivado, no entanto permanece o desafio de voltar ao estudo dos temas específicos sobre mulheres e mais gerais da sociedade, pois sem uma interpretação mais geral destes, a tendência é o grupo tomar rumo diferente do que se propõe.

Em relação ao objetivo de trazer elementos de análise para ajudar melhorar as políticas de crédito para mulheres dos assentamentos, acreditamos que ainda que frágeis conseguimos elencar alguns que estão latentes neste momento.

Sobre a inserção produtiva das mulheres nos assentamentos, a pesquisa nos revelou que, seja no lote, seja nos grupos de geração de renda a maioria das mulheres está inserida na produção, no entanto a condição desta inserção não as coloca ainda com autonomia financeira em relação à família. Isto é, tudo o que conseguem é único e exclusivamente para o sustento da família, porém isso não as faz livres para fazer algumas escolhas, que são sonhos, nem novos investimentos. E as políticas de crédito específicas para mulheres, colocadas hoje com esse objetivo não estão alcançando chegar até as mulheres do Coletivo Mãe Terra. Mas se depender destas mulheres e chegar mais incentivo, como possibilidades de fazer novos investimentos, até elas, a situação tende a mudar consideravelmente pela força de vontade

demonstrada durante a pesquisa, inclusive de ajudar reorganizar a produção de alimentos no assentamento, além de inserir outras mulheres.

Uma Mulher se tece em cordas
Uma Mulher se tece em cardos
Cordeiras, aspirações,
Assim é, assim quer
O dono da noite.
Mas é capaz, de paz e de guerra
Uma Mulher
Disfaz-se de cordas
E coisas mais graves
E se faz em ave
E voa,
E vai
E avoa...
Uma Mulher...
(Poemas para Helenira, Guerrilha do Araguaya)

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BUTTO, Andrea e LOPES, Adriana L. (orgs). **Mulheres na Reforma Agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008.

CAMPOS, Christiane S. Soares. **Pobreza e Exclusão Feminina nos Territórios do Agronegócio: O Caso de Cruz Alta/RS**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2009.

ENGELS, Frederico. **A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado**. Coleção de Estudos Sociais. Editorial Calvino. RJ:1944.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da língua Portuguesa**. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1993.

HILLIG, Clayton. **A Cidadania e a Racionalidade Técnico Burocrática nas Estratégias de apropriação do PRONAF pelos Agricultores Familiares**. Tese de Doutorado UFRGS. Porto Alegre, 2008.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre Consciência e Emancipação**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

KOLONTAI, Alexandra. **A Nova Mulher e a Moral Sexual**. 2ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2003.

LENIN, V. I. **Obras Completas**. Tomo XXXI. Afal Editor. Ediciones de Cultura Popular. Madrid, Espanha, 1978.

LENIN, V. I. **O Estado e a Revolução**. 1 ed. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2007.
MARQUES, Leila M. Almeida. **Relação entre o Coletivo Mãe Terra e o Assentamento Rondinha/Jóia/RS**. Monografia de Graduação UNB. Brasília, DF, 2011.

RODRIGUES, Inês Soares. **Qual o Lugar da Mulher no MST? As Relações de Gênero nas Instâncias do Acampamento Unidos Venceremos /RS**. Monografia de Graduação UERGS, 2007.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres – o Gênero nos une, a Classe nos Divide**. 2ª ed. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003.

Cartilhas

FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam (Orgs). **A Produção do viver ensaios de economia feminista**. São Paulo: SOF, 2003.

FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam. **Gênero e desigualdade**. São Paulo: SOF, 1997.

FARIA, Nalu (ORG.). **Sexualidade e gênero – Uma abordagem feminista**. São Paulo: SOF, 1998.

FARIA, Nalu e POULIN, Richard. **Desafios do livre mercado para o feminismo**. São Paulo: SOF, 2005.

MST, Setor Nacional de Gênero. **Construindo novas relações de gênero**. 2003

Outras fontes

EMATER/RS. **Plano de recuperação do assentamento**. PA Rondinha, Jóia, 2010.

TONIN, Ivanete. **A participação das mulheres no MST**. Ensaio produzido no Curso Realidade Brasileira, UFJF, 2003.

Sites consultados

www.bb.com.br/docs/pub/voce/dwn/cartilha.pdf Acesso: 24/10/2011

www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/.../NT00044052.pdf Acesso: 15/09/2011

www.fazenda.gov.br/...credito/.../2011-set-30%20-... Acesso :11/09/2011

www.incra.gov.br Acesso: 28/10/2011

www.incra.gov/portal/arquivos/.../manual_ates_2008_revisado.pdf... Acesso: 20/09/2011

www.mda.gov.br >...> institucional Acesso: 23/09/2011

www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/.../L12188.htm Acesso:13/10/2011

www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21698.pdf Acesso: 18/08/2011

ANEXOS

ANEXO A – Fotos do Coletivo Mãe Terra.

Foto 1 – Coletivo Mãe Terra expondo seus produtos em atividade do Assentamento.
Fonte: Cossetin, 23/01/ 2011.



Foto 2 – Coletivo Mãe Terra, Reunião na sede do grupo.
Fonte: Isabel, 09/03/ 2011.



Foto 3 – Coletivo Mãe Terra Expondo seus produtos na Escola do Assentamento.
Fonte: Cossetin, 23/01/2011.

ANEXO B – Questionário Aplicado

QUESTIONÁRIO PARA AS MULHERES DO COLETIVO MÃE TERRA

- 1.Nome
- 2.Acessou o Pronaf Mulher? Porque?
- 3.O Coletivo Mãe Terra acessou algum recurso específico para mulheres? Porque?
4. Você considera importante o acesso das mulheres a crédito específico? Porque?
- 5.Qual a importância do Crédito para o Coletivo Mãe Terra?
- 6.E qual a importância da auto-organização do grupo sem financiamentos?
- 7.Qual a importância do trabalho de assistência técnica para as mulheres assentadas?

ANEXO C – Folder de divulgação do programa de crédito Apoio Mulher (2010)

**CRÉDITO APOIO MULHER
NO FORTALECIMENTO DA
PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA DAS
MULHERES DA REFORMA AGRÁRIA**

Afinal, O QUE é o APOIO MULHER?

O crédito *Apoio Mulher* é uma modalidade do Crédito Instalação que se destina ao fortalecimento e desenvolvimento das atividades produtivas e econômicas desenvolvidas por **grupos produtivos de mulheres** da reforma agrária.

A situação encontrada nos projetos de assentamentos é de:

- Trabalho informal e não remunerado das mulheres assentadas;
- Participação desigual entre homens e mulheres nos trabalhos de produção (visível) e de reprodução (invisível);
- Grupos de atividades não incentivados economicamente;
- Mão-de-obra feminina abaixo de seu potencial;
- Créditos produtivos focados em atividades rurais tradicionais;
- Falta de capacidade de pagamento para acesso ao Pronaf.

Assim, o APOIO MULHER tem como objetivos:

- Incentivar o desenvolvimento de atividades agrícolas e não-agrícolas das mulheres no âmbito dos projetos de assentamento;
- Promover a inserção e a participação das mulheres na dinâmica produtiva e econômica no meio rural;
- Contribuir na superação da desigualdade entre homens e mulheres no meio rural.

QUEM pode se beneficiar?

O acesso aos recursos do **Apoio Mulher** se dará por meio de **grupos produtivos de mulheres**, formais ou informais, que desempenhem **coletivamente** suas atividades de produção e/ou comercialização, em caráter associativo ou cooperativo. Estes grupos devem ser formados por, no mínimo, **cinco mulheres titulares de lotes**, residentes e domiciliadas em projetos de assentamento criados ou reconhecidos pelo INCRA **após 1º de janeiro de 2000**, que mantêm gestão coletiva das atividades e compartilham seus resultados. Cada mulher titular do lote, integrante do grupo produtivo de mulheres, terá direito a **R\$2.400,00**, liberados em **três parcelas anuais de R\$800,00** cada. Os contratos serão emitidos em nome da unidade familiar.

O recurso do APOIO MULHER pode ser utilizado para adquirir bens destinados ao desenvolvimento de atividades econômicas, como:

- Bens de apoio à produção, ao beneficiamento e à comercialização;
- Máquinas e equipamentos;
- Projetos hortifrutigranjeiros;
- Cultivo de plantas medicinais e produção de fitoterápicos;
- Beneficiamento de alimentos;
- Produção de artesanatos;
- Confecção de roupas;
- Criação de animais de grande, médio e pequeno porte (exceto bovino de corte).

Para operacionalizar o APOIO MULHER, os grupos produtivos de mulheres devem procurar a equipe de assistência técnica para, em conjunto:

- Definirem 2 (duas) representantes, através de elaboração de Ata do grupo, para abertura de conta corrente específica no Banco do Brasil;
- Elaborarem o **Projeto Básico de Produção**, que definirá as estratégias produtivas e/ou comerciais para aplicação eficiente dos créditos (ver os itens necessários para o projeto no verso deste folheto);
- Elaborarem o **Plano de Aplicação**, prevendo recursos para cada ano/parcela (serão três no total);
- Apresentarem o plano e o projeto à Superintendência Regional do INCRA (SR);
- Assinarem o contrato de crédito, a ser emitido pela SR, para cada parcela;
- Obterem três orçamentos dos itens a serem adquiridos (vencerá a empresa/fornecedor que apresentar menor preço);
- Aplicarem os recursos de **forma coletiva**;
- Seguirem os procedimentos estabelecidos para a operacionalização do Crédito Instalação e para o pagamento dos fornecedores (mesmos procedimentos utilizados para a modalidade Apoio Inicial), o que é de conhecimento das equipes técnicas da ATES;
- Apresentarem ao INCRA as notas fiscais para pagamento, que será realizado após autorização da SR via débito da conta corrente específica do Banco do Brasil diretamente aos fornecedores ou aos prestadores de serviço;
- Apresentarem a prestação de contas da parcela anteriormente concedida para aprovação.

O Projeto Básico de Produção deve descrever os seguintes itens:

- Diagnóstico: diagnóstico e descrição do grupo produtivo de mulheres e sua organização;
- Projeto produtivo: identificação e detalhamento da proposta produtiva do projeto;
- Itens a serem financiados: definição dos itens a serem adquiridos pelo crédito em cada uma das três parcelas;
- Comercialização: detalhamento dos meios de comercialização da produção prevista no projeto;
- Análise da viabilidade: análise da viabilidade técnica e econômica do projeto.

A **assistência técnica (ATES)** deve garantir a participação das mulheres durante todo o processo de discussão e elaboração dos planos e projetos, e na aplicação dos recursos de todas as modalidades do Crédito Instalação. Isto é uma condição, inclusive, para a aplicação dos recursos.

No crédito **Apoio Mulher**, a ATES deverá realizar atividades de estímulo, fortalecimento e consolidação dos grupos produtivos de mulheres, realizando o assessoramento destes grupos nas diversas atividades de produção e comercialização.

Conheça também outras políticas de apoio à produção e à comercialização:

- *Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais*
- *Programa de Aquisição de Alimentos – PAA*

- *Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE*
- *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf*
- *Programa de Fomento a Agroindustrialização, a Comercialização e a Atividades Pluriativas Solidárias – TERRA SOL*

Marco Legal

IN nº 38, de 13 de março de 2007

IN nº 50, de 22 de dezembro de 2008

IN nº 54, de 22 de julho de 2009

NE nº 79, de 22 de dezembro de 2008

NE nº 84, de 02 de setembro de 2009

Mais informações

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

www.incra.gov.br - projetos e programas – crédito instalação

Superintendência Regional do INCRA no Rio Grande do Sul

Endereço: Avenida Loureiro da Silva, 515, Centro, Porto Alegre/RS, CEP 90010-420

Telefones:

(51) 3284-3362 (Divisão de Desenvolvimento)

(51) 3284-3368 (Setor de Crédito Instalação)